

## APRESENTAÇÃO

*Surgiu, pelos anos 1940, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”, e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com centenas de títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.*

*No Brasil, em termos de publicação das obras desses autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo, para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. A Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.*

*Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar as anotações excessivas, as longas introduções, estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infundas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém séria.*

*Cada obra tem uma introdução breve, com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra, suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.*

*Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos Pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras de escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, das origens dela, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico, e da evolução do pensamento teológico dos Pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística”*

*para indicar a doutrina dos Padres da Igreja, distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da Antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunha particularmente autorizada da fé. Na tentativa de eliminar as ambiguidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e Antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e Antiguidade são ambíguos. Não se espera encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de Antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a Antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de São João Damasceno (675-749).*

*Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que agora a Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto:*

*Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os*

*últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apolo-gético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar esse fim. [...] Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual (B. Altaner e A. Stuiber. Patrologia, São Paulo: Paulus, 1988, p. 21-22).*

*A Editora*

## AS QUESTÕES DIVERSAS DE SIMPLICIANO

HERES DRIAN DE O. FREITAS

**P**or volta do ano 400, em suas *Confissões*, Agostinho refere-se a Simpliciano como servo de Deus – expressão técnica que designa quem a Ele se consagra – que, na “etapa” milanesa de seu processo de conversão, pode indicar-lhe como trilhar os caminhos divinos:<sup>1</sup> o servo de Deus Simpliciano, instrumento da graça e da misericórdia divina, “prepara” o servo de Deus Agostinho,<sup>2</sup> que, tendo progredido no conhecimento das escrituras, pode sanar, grata e afetuosamente,<sup>3</sup> os questionamentos daquele.

### *Ocasião e datação*

Figura fundamental para a decisão de Agostinho de aderir à fé cristã, supõe-se o nascimento de Simpliciano antes de 358/361, e sua morte antes de novembro de 400.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Cf. *conf.* 8,1. Para detalhes acerca da obra ora introduzida, remetemos às introduções das edições citadas no início da bibliografia em J. WETZEL, “Simplicianum, Ad”, em A. FITZGERALD (coord. geral), *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*, São Paulo: Paulus, 2019 – doravante AAT –, p. 901-902, p. 902.

<sup>2</sup> Cf. *conf.* 8,10.

<sup>3</sup> *A Simpliciano* – doravante *Simpl.* – 1,1; cf. também *ep.* 37.

<sup>4</sup> Cf. PAULINO DE NOLA, *ep.* 20,3. Para mais informações sobre Simpliciano e sua influência sobre Agostinho, vejam-se os verbetes “Simpliciano” (e sua bibliografia) e “Influências cristãs sobre Agostinho” em AAT, respectivamente, p. 901 e 545-549, p. 545.

Não se sabe, contudo, de onde era ou de sua família. Ambrósio, às vésperas de sua morte, aprova-o como um de seus possíveis sucessores na cátedra de Milão,<sup>5</sup> que Simpliciano assume<sup>6</sup> em 397.

Agostinho reporta que ele presenciou a profissão de fé de Mário Vitorino em Roma,<sup>7</sup> e, com Ambrósio – que considera Simpliciano seu pai espiritual<sup>8</sup> –, elogia seu zelo religioso e seu conhecimento filosófico-teológico.<sup>9</sup> Quando Agostinho encontra-o durante sua estadia em Milão (385-386), fala dele como já ancião, desde jovem consagrado a Deus.<sup>10</sup> Não é certo, porém, se era sacerdote antes da ascensão à sede de Milão, nem quando se tornou.

Independentemente de sua biografia, sua correspondência com Ambrósio – conservada somente nas respostas deste – evidencia seu interesse por exegese,<sup>11</sup> bem como sua consulta a Agostinho.<sup>12</sup>

É possível que esse interesse de Simpliciano, conhecendo obras agostinianas,<sup>13</sup> tenha-o levado a indagar Agostinho quanto a sua posição acerca de algumas questões exegéticas pontuais, sem motivações circunstanciais particulares. Com efeito, à parte o pedido de Simpliciano – cuja carta

<sup>5</sup> Cf. PAULINO DE MILÃO, *Vita Ambrosii* 46.

<sup>6</sup> Cf. *Retractationes* – doravante *retr.* – 2,1,1.

<sup>7</sup> Cf. *conf.* 8,3-5.

<sup>8</sup> Cf. *ep.* 37,2; *conf.* 8,3. Segundo Agostinho, Simpliciano deve ter estado presente no batismo de Ambrósio (cf. *conf.* 8,2: *pater in accipienda gratia*), mas não oferece indícios de seu estado, isto é, se sacerdote ou leigo. A esse respeito, cf. G. BARDY, “Introduction”, em BA 10, 1975, 383-407.

<sup>9</sup> Cf. *conf.* 8,1; *ep.* 37,4; AMBRÓSIO, *ep.* 61,5; 2,1.

<sup>10</sup> Cf. *conf.* 8,1; PAULINO DE MILÃO, *Vita Ambrosii* 46.

<sup>11</sup> Cf. AMBRÓSIO, *ep.* 37, 38, 65 e 67.

<sup>12</sup> GENÁDIO DE MARSELHA, *De viris illustribus* 37, diz que Simpliciano escrevera a Agostinho quando este último era ainda sacerdote em Hipona, estimulando-o a dedicar-se à exegese. Esta carta, porém, não chegou até nós.

<sup>13</sup> Cf. *ep.* 37,2.

não se conservou –,<sup>14</sup> o Hiponense não faz menção alguma a motivações que tenham provocado as perguntas daquele.

Assim, o fato de Agostinho recordar já ter tratado de algo a respeito de algumas das questões de Simpliciano,<sup>15</sup> sem indicar se este tivera contato com tais obras, parece mostrar que não se tratava de indagação para esclarecimento de questões não claras abordadas em obras agostinianas precedentes ou que tenham suscitado alguma perplexidade. Além disso, o Bispo de Hipona reconhece não se tratar de questões de fácil interpretação.<sup>16</sup>

Some-se a isso o fato de a maioria das questões versar sobre textos do Antigo Testamento: duas somente são sobre a Carta aos Romanos e seis são sobre os livros dos Reinos (Samuel 1 e 2, Reis 1 e 2), que Agostinho responde com esta obra – cujo título poderia ser *A Simpliciano: dois livros sobre questões diversas* –, a primeira escrita após assumir a Sé de Hipona,<sup>17</sup> o que a situa entre 395/396. A referência do Hiponense, então, em *retr.* 2,1,1, a Simpliciano como sucessor de Ambrósio na cátedra milanesa, em 397, deve ser entendida como designação da última posição de Simpliciano, sem necessidade de se postergar a datação da obra a ele endereçada.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> Cf. *Simpl.* 1, praef.; ep. 37,3.

<sup>15</sup> Cf. *Simpl.* 1, praef. Estas obras seriam, particularmente, a *Expositio quarundam propositionum ex epistula ad Romanos* – doravante *exp. prop. Rm.* – e *De diversis quaestionibus octogintatribus* – doravante *div. qu.*

<sup>16</sup> Cf. *Simpl.* 1, praef. Por isso, o *quaestiunculae* (ep. 37,3) referido às perguntas de Simpliciano não deve ser entendido – ao parecer de quem subscreve – como insignificantes, mas no sentido de poucas que ocupassem um opúsculo (cf. *Simpl.*, epil.).

<sup>17</sup> Cf. *retr.* 2,1,1; *De praedestinatione sanctorum* 8; *De dono perseverantiae* 52.

<sup>18</sup> Já o apelativo *pater* (*Simpl.* 1, praef.) dirigido a Simpliciano tem o sentido de respeitoso afeto, e não é utilizado para designá-lo como bispo.

## Divisão e conteúdo

O *Simpl.* é composto de dois livros, subdivididos em seções para cada questão. Desses, o primeiro, iniciado logo depois de uma breve introdução (*Simpl.* 1, praef.), é dedicado aos dois questionamentos de Simpliciano sobre a Carta aos Romanos,<sup>19</sup> referentes 1) aos versículos 7-25 do capítulo 7 (*Simpl.* 1,1,1-17) e 2) aos versículos 10-29 do capítulo 9 (1,2,1-22); o segundo, igualmente com um prólogo (2, praef.), aos seis questionamentos sobre os livros dos Reinos,<sup>20</sup> referentes 1) a conciliação dos textos de 1Sm 10,10 e 16,14 (2,1,1-11), 2) às palavras de 1Sm 15,11 (2,2,1-5), 3) a 1Sm 28,7-20 (2,3,1-3), 4) a 2Sm 7,18 (2,4), 5) a 1Rs 17,20 (2,5), e, finalmente, 6) a 1Rs 22,20-23 (2,6).

As interpretações alegóricas agostinianas do livro 2, à parte o interesse da exegese, particularmente a exegese patrística,<sup>21</sup> e sua história, não implicam questões nodosas e, talvez por isso, não têm despertado a atenção dos estudiosos, mais concentrados, por outro lado, na segunda resposta do livro 1,<sup>22</sup> que assinala uma reviravolta no pensamento do Bispo de Hipona, e na qual, dada sua imprescindibilidade para a compreensão da doutrina agostiniana da graça<sup>23</sup> e

<sup>19</sup> Cf. *retr.* 2,1,1.

<sup>20</sup> Cf. *retr.* 2,1,2; aqui, porém, Agostinho parece ter-se esquecido da sexta questão.

<sup>21</sup> Veja-se a esse respeito A.-M. LA BONNARDIÈRE, *Biblia Augustiniana. AT: Livres historiques*, Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 1960.

<sup>22</sup> A primeira resposta (*Simpl.* 1,1,1-17), concentrada em questões como o homem decaído sob a lei, a graça e a predestinação, basicamente repete *exp. prop. Rm.* 37-46, a cuja introdução, no volume 25 desta Coleção Patrística, remetemos o leitor. Parte dessa explicação, no que se refere à função da lei e a sua relação com a graça, receberá ulterior organização mais tarde, por volta de 412, no *De spiritu et littera*; parte, no que se refere à *persona* com que Paulo fala, será corrigida, por volta de 420, em *Contra duas epistolas Pelagianorum* 1,24.

<sup>23</sup> J. WETZEL, *art. cit.*, p. 901.

sua problematidade, temos de nos fixar brevemente nesta introdução, de modo que se possa ter uma compreensão geral.

Como dito pouco acima, Agostinho já havia tratado de algo das questões postas por Simpliciano,<sup>24</sup> particularmente depois de entregar-se ao estudo do Apóstolo.<sup>25</sup> Insatisfeito com os primeiros resultados, porém, deu continuidade ao estudo, principalmente pela complexidade da matéria,<sup>26</sup> fundamentalmente nos quesitos liberdade, fé, eleição, graça. Sua conclusão geral calha com a intenção geral do próprio Apóstolo: tudo o que o ser humano tem para sua salvação é dom.<sup>27</sup>

A interpretação agostiniana precedente de Rm 9 colocava nas obras humanas, mesmo futuras – conhecidas pela presciência divina –, os méritos que conseguiriam a fé, que dependia, na verdade, do ser humano.<sup>28</sup> A releitura, porém, que o Hiponense fez revela-lhe<sup>29</sup> ora uma posição distinta: não há mérito que preceda a graça; pelo contrário, somente pela graça – definitivamente não merecida – não só boas obras são possíveis, mas mesmo o *initium fidei*:<sup>30</sup> se o ser humano crê, crê por dom divino, não por iniciativa própria. Essa será sua posição, adquirida, como se vê, anos antes da polêmica pelagiana, até o fim de seus dias.

A vitória da graça sobre o livre-arbítrio humano, como afirmará mais tarde,<sup>31</sup> contudo, não elimina a liberdade

<sup>24</sup> Cf., acima, n. 15.

<sup>25</sup> Cf. “Introdução” ao volume 25 desta Coleção Patrística.

<sup>26</sup> Cf. *Simpl.* 1, praef.

<sup>27</sup> Cf. *Simpl.* 1,2,2.

<sup>28</sup> Cf. *exp. prop. Rm.* 60-61; o que já tinha sido afirmado, por exemplo, em *De libero arbitrio* 3,55-58 (cf. também *retr.* 1,23,2-3).

<sup>29</sup> Cf. *retr.* 2,1,1 e *Praedestinatione sanctorum* 8.

<sup>30</sup> Ponto que se tornará controverso mais tarde. Para detalhes, veja-se M. DJUTH, “*Initium fidei*”, em AAT, p. 549-553.

<sup>31</sup> *retr.* 2,1,1.

humana de escolher ou não buscar a Deus,<sup>32</sup> embora essa questão – com a dificuldade que lhe é própria – choca com a eleição divina para a salvação<sup>33</sup> e, por conseguinte, implica a predestinação, que pode ter sua solução na *massa* de pecado que é a humanidade inteira.<sup>34</sup>

Agostinho lê tudo isso em Paulo, que, para refrear os judeus que se vangloriavam de ter a lei e ser o povo eleito, propõe que nada há que seja devido a mérito humano, pois tudo é dom da graça. A única coisa merecida – e justamente – por toda a humanidade é a punição, pois em Adão todos pecaram, e a esse pecado cada um acrescentou seu próprio pecado, livremente cometido. Assim, todos, como uma massa condenada, estão destinados à perdição.

A misericórdia divina, contudo, gratuitamente socorre o ser humano dessa condenação, dispondo e dotando-o do necessário para a salvação, a começar pelo próprio início da fé, com a boa vontade – também essa divinamente preparada – e as boas obras: do início ao fim, graça gratuita, não devida. E absolutamente em caso algum Deus comete injustiça: aqueles que são salvos são misericordiosamente eleitos, e aqueles que se perdem justamente não são eleitos. Igualmente, de modo algum há misericórdia ou justiça que não implique o livre-arbítrio humano.

Fundamentais para Agostinho, nisso tudo, são a imperscrutabilidade dos desígnios divinos – em que não há, jamais, injustiça – e a inexistência de quem tenha se aproximado da divindade, por assim dizer, sem que tenha sido chamado. No chamado atendido, há uma relação de con-

<sup>32</sup> Cf. *Simpl.* 1,1,4.

<sup>33</sup> Cf. *Simpl.* 1,2,13.

<sup>34</sup> Cf. *Simpl.* 1,2,16-17.

gruência que tira do ser humano a possibilidade de anteceder Deus em seu processo de salvação: em tudo, é Deus quem precede o ser humano – sem excluir sua participação –;<sup>35</sup> *grosso modo*, o contrário disso será, mais tarde, chamado de pelagianismo.

<sup>35</sup> Cf. *Simpl.* 1,2,13. O chamado congruente, muito provavelmente, pode ter relação com a ordem de todas as coisas, congruentemente dispostas pelo universo (cf., por exemplo, *De ordine* 1,4 e *div. qu.* 18). No caso de quem é justamente condenado, certamente não se desenvolveu a relação de congruência – cujas razões Agostinho esclarecerá melhor ao longo da polêmica pelagiana –, que, contudo, não permanece incongruente, fora da ordem, mas é, exatamente mediante a punição, reordenada no todo. Assim se há de entender como a graça é vencedora, não porque force a vontade – o que, para o Bispo de Hipona, jamais ocorre, ainda que Ele a possa converter (cf. *Simpl.* 1,1,14) – de quem acolhe o dom da fé, mas porque a liberdade do homem não pode determinar nem julgar definitivamente seu lugar próprio na ordem das coisas. O leitor encontrará uma boa apresentação da questão da cooperação da vontade humana com a graça divina na dissertação, recentemente defendida, de T. P. JORDÃO, *O desenvolvimento da teoria da vontade no pensamento de Santo Agostinho em “Diversis quaestionibus ad Simplicianum”*, Guarulhos: UNIFESP, 2018.

# A SIMPLICIANO

## LIVRO 1

### PREFÁCIO

**S**impliciano, meu pai, foi agradável e delicada bondade para comigo enviases as tuas perguntas. Eu seria ingrato, além de descortês, se não tentasse responder a elas. Nós já havíamos, de certa maneira, examinado, por escrito, as questões que apresentaste sobre o apóstolo Paulo.<sup>1</sup> Contudo, insatisfeito com a pesquisa e a explicação anterior, procurei aprofundar com mais cuidado e atenção aquelas mesmas palavras do Apóstolo e o teor do seu discurso, a fim de não deixar passar nada por descuido. De fato, tu mesmo não acharias necessário esclarecê-lo se fosse fácil e rápido compreender tudo.

*Primeira questão: para que foi dada a lei*

**1,1** A primeira questão que quiseste que resolvêssemos vai do ponto onde está escrito: “Que diremos, então? A lei é pecado? De maneira alguma!”, até onde se diz: “Logo, para mim que quero o bem, a lei é” etc., creio até: “Sou um coi-

<sup>1</sup> Cf. *exp. prop. Rm.*, com *retr.* 1,23, e *div. qu.* 66-68, com *retr.* 1,26,2.

tado de homem! Quem me libertará do corpo desta morte? A graça de Deus que vem por Jesus Cristo nosso Senhor”.<sup>2</sup>

Parece-me que, nesse lugar, o Apóstolo esteja transferindo sobre si mesmo aquele homem que está debaixo da lei, assumindo como próprias as palavras dele. Como, pouco antes, tinha dito: “Fomos libertados da lei, que nos mantinha mortos, para que sirvamos na novidade do espírito, e não na velhice da letra”,<sup>3</sup> e como com essas palavras poderia parecer estar condenando a lei, logo acrescenta: “Que diremos, então? A lei é pecado? Nunca! Mas não conheci o pecado senão pela lei, pois não saberia o que é concupiscência se a lei não dissesse: não cobiçarás”.<sup>4</sup>

### *A concupiscência aumentou pela lei*

**1,2** Aqui, de novo, se questiona: se a lei não é pecado, mas geradora de pecado, não deixa de ser criticada pelas palavras do Apóstolo. Precisa, por isso, entender que a lei não foi dada nem para trazer o pecado nem para tirá-lo; mas somente para torná-lo conhecido; e, com essa manifestação, tornar a alma humana consciente de sua culpa, ela que andava segura de sua própria inocência.

Assim, preocupada com a própria culpa, se voltava para buscar a graça de Deus, sem a qual o pecado não poderia ser vencido.<sup>5</sup> É por isso que não diz: “Não fiz pecado senão mediante a lei”, mas: “Não conheci o pecado senão pela lei”;<sup>6</sup> também não diz: “Eu não teria a concupiscência se a lei

<sup>2</sup> Rm 7,7-25.

<sup>3</sup> Rm 7,6.

<sup>4</sup> Rm 7,7.

<sup>5</sup> Cf. *exp. prop. Rm., passim.*

<sup>6</sup> Rm 7,7.

não dissesse: não desejarás”, mas diz: “Eu não conheceria a concupiscência se a lei não dissesse: não cobiçarás”.<sup>7</sup> Disso fica claro que a lei não introduziu a concupiscência, mas a manifestou.<sup>8</sup>

**1,3** A consequência era que, não sendo ainda possível resistir à concupiscência, por não ter ainda a graça sido recebida, a concupiscência até crescesse, uma vez que, indo contra a lei, a ela se junta também a culpa da transgressão e a faz, por isso mesmo, adquirir mais força ainda do que se não fosse proibida por nenhuma lei.

Por isso, acrescenta, conseqüentemente: “Aproveitando-se da ocasião do mandamento, o pecado provocou em mim toda a concupiscência”.<sup>9</sup> A concupiscência já existia antes da lei, mas não era completa, porque ainda não existia a culpa da transgressão. Por isso, o Apóstolo diz em outro lugar: “Pois não existe transgressão onde não há lei”.<sup>10</sup>

*Como, sem lei, o pecado estava morto  
e como retomou a vida*

**1,4** Quando, porém, diz: “Pois, quando não há lei, o pecado está morto”,<sup>11</sup> está querendo dizer que o pecado está escondido, isto é, parece estar morto. Pouco depois, dirá com

<sup>7</sup> Rm 7,7.

<sup>8</sup> Cf. *exp. prop. Rm.* 28-29. Contra os maniqueus, Agostinho defende o valor da lei – e, com ela, de todo o Antigo Testamento. Mais tarde, contra os pelagianos, defenderá – seguindo São Paulo – que não é a lei que cura. Sua posição, portanto, é, e continuará a ser, bastante equilibrada.

<sup>9</sup> Rm 7,8.

<sup>10</sup> Rm 4,15.

<sup>11</sup> Rm 7,8.

maior clareza: “Eu, porém, vivia, um certo tempo, sem lei”,<sup>12</sup> isto é, não receava nenhuma morte vinda do pecado, porque, não havendo lei, o pecado não aparecia; “chegando, porém, o mandamento, o pecado reviveu”,<sup>13</sup> isto é, apareceu. “Eu, porém, morri”,<sup>14</sup> quer dizer que soube que estava morto, ou então que a morte é o castigo da culpa da transgressão. Na verdade, quando diz: “Com a vinda do mandamento, o pecado reviveu”,<sup>15</sup> eu acho que deixava bastante claro que um dia o pecado viveu, isto é, foi conhecido, na transgressão do primeiro homem, visto que ele também recebeu um mandamento.<sup>16</sup> Pois, diz também, em outro lugar: “A mulher foi seduzida na transgressão”,<sup>17</sup> diz ainda: “À semelhança da transgressão de Adão, que é figura do futuro Adão”.<sup>18</sup>

Na verdade, não pode retornar à vida senão quem já viveu um dia, mas estava morto, isto é, escondido; deveras, nascidos sem o mandamento da lei, os homens mortais viviam seguindo as concupiscências da carne sem o saber, porque estavam sem proibição alguma. Por isso diz o Apóstolo: “Um dia eu vivia sem lei”,<sup>19</sup> mostrando, assim, que está falando não da sua própria pessoa, mas, de maneira geral, da pessoa de todo homem. “Chegando o mandamento, o pecado reviveu; e eu morri; e aconteceu comigo que o mandamento que era para dar vida trouxe a morte”.<sup>20</sup> De fato, obedecer ao mandamento é vida. Indo, porém, contra o mandamento,

<sup>12</sup> Rm 7,9.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> Rm 7,10.

<sup>15</sup> Rm 7,9.

<sup>16</sup> Cf. Gn 2,17.

<sup>17</sup> 1Tm 2,14.

<sup>18</sup> Rm 5,14.

<sup>19</sup> Rm 7,9.

<sup>20</sup> Rm 7,9-10.